

## O CRONISTA DR. SEMANA, LEITOR DE JORNAIS

*The columnist Dr. Semana,  
reader of newspapers*

### ORGANIZADORAS:

Juracy Assmann Saraiva  
Regina Zilberman

**SILVIA MARIA AZEVEDO** 

Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: [silrey@uol.com.br](mailto:silrey@uol.com.br)

### EDITORA-CHEFE:

Cássia Maria Bezerra do  
Nascimento

### EDITORA EXECUTIVA:

Rachel Esteves Lima

### EDITORES ASSOCIADOS:

Anderson Bastos Martins  
Cássia Dolores Costa Lopes  
Jorge Hernán Yerro

### RESUMO

Novidade no campo da arte pictórica no século XIX, a caricatura consolidou-se no Brasil com a *Semana Ilustrada* (RJ, 1869-1876), revista a qual Machado de Assis, sob o pseudônimo Dr. Semana, assinou as “Badaladas”. Ao assumir o papel de leitor de jornais, o cronista valeu-se da mediação do texto jornalístico na elaboração das crônicas satíricas, o que permite aproximá-las da concepção de caricatura de Gombrich, para quem a arte caricatural é pautada pelo princípio da equivalência e não da semelhança em relação à realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Semana Ilustrada*, Dr. Semana, crônica satírica, caricatura.

### ABSTRACT

A novelty in the field of pictorial art in the 19th century, caricature was consolidated in Brazil with the *Semana Ilustrada* (RJ, 1869-1876), an illustrated magazine in which Machado de Assis, under the pseudonym Dr. Semana, signed the “Badaladas”. By assuming the role of a newspaper reader, the columnist made use of journalistic text mediation in the creation of satirical chronicles, which allows them to be approached from the concept of caricature by Gombrich, for whom caricatural art is guided by the principle of equivalence rather than similarity to reality.

**KEYWORDS:** *Semana Ilustrada*, Dr. Semana, satirical chronicle, caricature.

**SUBMETIDO:** 15.07.2024

**ACEITO:** 23.09.2024

### COMO CITAR:

AZEVEDO, Silvia Maria.  
O cronista Dr. Semana,  
leitor de jornais. *Revista  
Brasileira de Literatura  
Comparada*, v. 26, e20240965,  
2024. doi: <https://doi.org/10.1590/2596-304x202426e20240965>

## A EXPERIÊNCIA DE MACHADO DE ASSIS COM A IMPRENSA DE HUMOR SATÍRICO

A imagem cultivada por Machado de Assis desde a juventude, com vistas à posteridade, ficou associada à do homem sério, no registro dos retratos de Insley Pacheco, nos quais o cenário montado pelo fotógrafo – Machado sentado de lado diante de uma escrivaninha, os olhos fixos no espectador –, garantia respeitabilidade ao retratado. O cuidado na construção dessa persona literária justificaria as poucas caricaturas de Machado de Assis, publicadas na imprensa ilustrada, e que “se concentram no início da carreira e praticamente desaparecem com a crescente consagração do escritor” (Guimarães, 2008, p. 10).

Enquanto a identidade visual de Machado de Assis comparece curiosamente associada à seriedade, no pequeno número de caricaturas na *Semana Ilustrada*, a indiciar possíveis limites do editor da revista, na sátira cômica ao escritor, no tempo em que Machado era membro da Sociedade Petalógica, nos anos 1850, ele compartilhava da comichidade que imperava durante as famosas sessões da agremiação, lideradas por Francisco de Paula Brito. Nessas sessões “o artifício das petas (mentiras), pelos membros desta divertida sociedade, visavam contrariar os mentirosos, mentindo-lhes, o que verdadeiramente tratava-se de uma ação política indireta” (Martins, 2016, p. 135).

Ao passar a frequentar as reuniões da agremiação “lítero-humorística”, a partir de janeiro de 1855, alguns poemas de Machado publicados nas *Marmotas*, como “Cognac!...”<sup>1</sup> (*Marmota Fluminense*, 12 de abril de 1856) e “Ao Carnaval de 1860” (*A Marmota*, 21 fevereiro de 1860), entraram em sintonia com o espírito zombeteiro das revistas de Paula Brito e da Sociedade *Petalógica*: o primeiro, ao reproduzir o estado de embriaguez do eu lírico, no “ritmo cambaleante” (Rodrigues, 2003, p. 144) da composição; o segundo, ao empregar dois tipos de estrofes “que condizem, visual e estruturalmente, com o espírito festeiro e desordeiro dos dias carnavalescos” (Rodrigues, 2003, p. 164).

O mito do amor romântico, que gera discursos que não condizem com certos comportamentos femininos, foi outro tema que Machado de Assis abordou, em chave satírico-humorística, no ensaio *A queda que as mulheres têm para os tolos*,<sup>2</sup> tradução da obra de Victor Hénau, *De l'amour des femmes pour les sots* (Liège: F. Renard, 1859). Publicado na *Marmota* em 19, 23, 26 e 30 de abril e 3 de maio de 1861,<sup>3</sup> já no mês seguinte a obra saía em volume, impressa pela Tipografia de F. de Paula Brito, constando na capa tratar-se de tradução de Machado de Assis<sup>4</sup>, mas sem referência nem ao texto nem ao autor originais.

Foge aos limites deste artigo o exame pormenorizado dos mencionados textos de Machado de Assis, aqui trazidos com o objetivo de frisar que a participação do escritor nas reuniões da Petalógica e sua colaboração nas *Marmotas* tiveram papel importante no processo de formação da

1 Inspirado em parte no texto “Ideias íntimas”, publicado em *Lira dos vinte anos*, de Álvares de Azevedo, o poema “Cognac!...”, de Machado de Assis, foi recitado por estudantes paulistanos em um cemitério da cidade, em celebração ao macabro, segundo o modelo byroniano (Almeida, 1962, p. 213)

2 Em comemoração ao centenário da morte de Machado de Assis, Ana Cláudia Suriani da Silva e Eliane Fernanda Cunha Ferreira organizaram uma edição bilingue na qual cotejaram a obra de Victor Hénau, *De l'amour des femmes pour les sots*, e a tradução de Machado de Assis, *Queda que as mulheres têm para os tolos*, publicada pela editora Unicamp, em 2008.

3 Em *A Marmota*, não havia indicação do autor nem de que se tratava de uma tradução.

4 Na comparação entre as edições de 1858 e de 1859 da obra *De l'amour des femmes pour les sots* e a tradução de Machado de Assis, Ana Cláudia Suriani e Eliane Cunha Ferreira demonstraram que o tradutor se baseou no texto de 1858.

veia satírico-humorística do jovem Machado, antes que viesse a assinar as Badaladas da *Semana Ilustrada*.<sup>5</sup>

## SEMANA ILUSTRADA E AS ESTRATÉGIAS DA CARICATURA

Muito embora a “aventura da caricatura brasileira” (Magno, 2012, p. 19) tenha se iniciado entre as décadas de 1820 e 1830, é na segunda metade do século XIX que a arte caricatural se instala definitivamente entre nós, cabendo ao novo gênero de imprensa que então surgia, denominado imprensa ilustrada, papel decisivo no consumo e circulação de imagens impressas, para os quais contribuíram o emprego da “jovem litografia e da antiga xilografia” (Andrade, 2004, p. 31).

Nesse sentido, a *Semana Ilustrada*, revista ilustrada lançada por Henrique Fleiüss em 16 de dezembro de 1860, e que irá circular até 19 de março de 1876, de forma regular e ininterrupta, teve o mérito de lançar as bases da imprensa humorística no Brasil, uma vez que depois dela “a caricatura tomou impulso com a proliferação subsequente de outras revistas destinadas a essa linguagem, tais como o *Bazar Volante*, *O Mosquito*, *A Vida Fluminense* e *O Besouro*” (Magno, 2012, p. 148).

Inspiradas no princípio estético da caricatura moderna<sup>6</sup> – o exagero (Nery, 2006, p. 28) –, tal como representado nos “*ritrattini carichi*” criados pelos irmãos Agostino e Annibale Carracci, as caricaturas publicadas na *Semana Ilustrada* tinham como objetivo promover a sátira humorística, de perfil moralizador, segundo o lema *Ridendo castigat mores*.

Compreender a caricatura como discurso sobre outro discurso, e não mera reprodução da realidade, permite recuperar a reflexão sobre a arte caricatural de Ernst Gombrich, para quem é ainda válida “a velha verdade de que a descoberta das aparências se deveu não tanto à observação cuidadosa da Natureza, mas à invenção dos efeitos pictóricos” (Gombrich, 1986, p. 289).

Partindo desse posicionamento, Gombrich define a caricatura como arte pautada pelo princípio da equivalência e não da semelhança, conforme expõe no ensaio “O experimento da caricatura”:

Todas as descobertas artísticas são descobertas não de semelhanças, mas de equivalências que nos permitem ver a realidade em termos de uma imagem e uma imagem em termos de realidade. Essa equivalência não repousa tanta na semelhança dos elementos como na identidade de reações a certos parentescos. (Gombrich, 1986, p. 302).

Desse ponto de vista, a caricatura contribuiu para a emancipação da arte em relação ao realismo, assim também para a liberdade do artista e a participação do público, “parceiro solícito no jogo das equivalências” (Nery, 2006, p. 48).

Com a difusão da imprensa ilustrada no Brasil do século XIX, decorrente das inovações tecnológicas no campo da impressão de imagens, houve um aumento crescente no emprego da caricatura que, “apesar de gozar de prestígio entre artistas e estudiosos da arte, era até então vista como gênero menor,

<sup>5</sup> Raimundo Magalhães Júnior, em *Vida e obra de Machado de Assis* (1981, v. 1, p. 232), atribui a Machado de Assis alguns textos cômico-satíricos, publicados na *Semana Ilustrada*, anteriormente às Badaladas, como “Vespas americanas”, Gil, n. 182, 5 de julho de 1864, p. 1455; “Vespas dramáticas”, Gil, “Pedinte de opa”. sem assinatura, n. 110, 18 de janeiro de 1863, p. 876. Caberia, no entanto, exame mais acurado desses textos para atribuí-los a Machado de Assis.

<sup>6</sup> “Entre os teóricos da arte, uma parcela localiza as origens da caricatura em épocas remotas. Para outros, como Ernst Gombrich, a caricatura, como técnica pictórica, só aparece no final do século XVI, com os irmãos Carracci.” (Nery, 2006, p. 51).

porque vinculada ao cômico, modo igualmente periférico de acordo com as regras clássicas da estética” (Nery, 2006, p. 60).

A passagem da caricatura de âmbito localizado para uma forma de representação artística e política no século XIX, pautada pelo princípio da equivalência e não da semelhança, irá repercutir em outras esferas da atividade literária e cultural no Brasil do oitocentos, caso das crônicas do Dr. Semana, na proposta de leitura das Badaladas, tendo em vista a atuação do cronista como leitor de jornais, mediação que permite aproximar os textos da concepção de caricatura de Gombrich.

## DR. SEMANA, LEITOR DE JORNAIS

Com o objetivo de definir o perfil da nova seção de crônicas da *Semana Ilustrada*, que estreava em 20 de junho de 1869, sob o título Badaladas, o Dr. Semana irá construir sua identidade autoral, apresentando-se como leitor de jornais, que lhe forneciam uma radiografia da situação política, social e cultural do Brasil. Naquele momento, o país vivia experiência inédita na vida política brasileira com a criação das chamadas Conferências Radicais, palestras pronunciadas em teatros do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, entre 1869 e 1870, que buscavam levar o debate político para um espaço público novo, além da tribuna parlamentar e da imprensa tradicional, tratando de temas considerados urgentes para o país, como o ensino livre, a liberdade de culto, as eleições diretas, dentre outros. Sem se referir diretamente a essas palestras, o Dr. Semana não deixa de registrar a repercussão desses eventos em outras províncias, ao se deparar com o poema “Minha política (recitativo)”<sup>7</sup>, publicado no *Jornal de Victoria*<sup>8</sup>, e transcrito na crônica de estreia:

Sou radical! É radical a crença,  
Ardente, imensa, que me influi nas veias.  
Jamais pensei em um sentido inverso!  
Bebi no berço as liberais ideias!

Adoro a pátria, mas reprovoo a lei,  
Que altiva grei, quer nos impor agora:  
Sou radical, de coração confesso,  
E reconheço que minh’alma adora.

Adora as crenças desse grêmio nobre,  
Que ao rico, ao pobre dá igual valor;  
Adoro a nobre, liberal doutrina,  
Que nos ensina a tributar-lhe amor!

– Venha a reforma –! Já que viciada,  
Essa chamada – constituição –,

7 Recitativo é um canto declamatório, que surgiu no final do século XVI, e que passou a integrar melodramas, oratórios, cantatas, óperas. No recitativo o cantor usa o tempo da fala e não da música.

8 O poema foi publicado no *Jornal de Victoria* (ES, 1864-1869), n. 531, de 10 de julho de 1869, p. 3, assinado por C.A.O.B.

Tem-nos imposto do martírio as fezes.  
Segundo as – teses – demonstrando estão.

Venha a reforma dar-nos dias belos,  
Quebrar os elos dessas vis cadeias,  
Não admito um parecer diverso,  
Bebi no berço as liberais ideias! (Assis, 2019, v. 1, p. 59).

O prefácio satírico, que antecede a transcrição do poema, no qual o Dr. Semana refere-se ao emprego da poesia em contextos distantes do mundo lírico, direciona a leitura do recitativo e livra o cronista de se comprometer com posicionamentos políticos: “A história de França já foi posta em quadrinhas. Um poeta cantou os ratos, outro o piolho, outro o jumento. Tolentino pedia dinheiro em verso, e até já vi uma petição feita em décima e despachada pelo célebre Sousa Barradas” (Assis, 2019, p. 58).<sup>9</sup>

Prato cheio para as investidas irreverentes do Dr. Semana são os discursos parlamentares, transcritos no *Jornal do Comércio*, captados pelo taquígrafo – o oral convertido em verbal –, o que leva o cronista a assumir a função de editor das sessões parlamentares, tal como Paula Brito, em relação às seções da Petalógica, publicadas em *A Marmota*. Dentre as figuras folclóricas que se destacavam nas sessões da Câmara pelas intervenções estapafúrdias, o deputado José do Ó teve o privilégio de ser uma das mais citadas nas Badaladas. A começar pelo nome do parlamentar, motivo de gozação do Dr. Semana na crônica de 13 de novembro de 1870:

Quem é o Sr. José do Ó? O Sr. José do Ó é um deputado provincial do Pará na presente legislatura. O nome pode parecer pouco elegante aos nossos atenienses da rua do Ouvidor; mas a isto já respondia a Julieta de Shakespeare. *What is a name?* dizia ela lançando os braços ao pescoço de Romeu; a rosa, com outro nome, não tem sempre o mesmo perfume?

Atenhamo-nos pois ao perfume do deputado paraense. O perfume do um deputado é a sua palavra. Neste sentido, podia o Sr. José do Ó chamar-se Demóstenes ou Mirabeau; afirmo que não falaria melhor. (Assis, 2019, p. 408).

A sátira ao nome do deputado do Pará, trazida para a abertura da crônica, associa a irrelevância do nome próprio, ou seja, aquilo que identifica os seres humanos que vivem em sociedade, à inutilidade da performance parlamentar do Sr. José do Ó. O rebaixamento a que o deputado é submetido vem acompanhado pela tática do despistamento, quer na transcrição do fragmento (deturpado) da peça *Romeu e Julieta*, de Shakespeare – *What is a name?*<sup>10</sup> –, quer na referência a Demóstenes e Mirabeau, exemplos de grandes oradores, em suas respectivas épocas, com os quais o deputado paraense é ironicamente comparado.

<sup>9</sup> Com o pseudônimo Sousa Barradas, Machado de Assis assinou o texto “O chapéu”, carta dirigida ao Dr. Semana, e publicada na *Semana Ilustrada*, n. 262, de 17 de dezembro de 1865, p. 2093-2094. Sousa Barradas volta a ser mencionado por outro pseudônimo de Machado, Lélío, em crônica da série Balas de Estalo: “Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade. / Eu, Lélío dos Anzóis Carapuça, estando em meu perfeito juízo, determinei este testamento, para o fim de deixar expressas as minhas últimas vontades, que espero sejam cumpridas, como se eu presente fosse. / Não possuindo coisa nenhuma, não lego nada a ninguém, a não ser a minha bênção ao meu sobrinho Sousa Barradas, e a saudade eterna que há de ficar no coração de muitas pessoas” (*Gazeta de Notícias*, 17 de dezembro de 1885, n. 17, p. 2, ortografia atualizada)

<sup>10</sup> A forma correta é *What's in a name?* (ato 2, cena 3), cuja tradução aproximada seria “O que há num nome? Qual a importância de um nome?”

Quando José do Ó adere ao partido conservador, que retorna ao poder, ao final da Guerra do Paraguai (1865-1870), sucedendo a administração liberal (1861-1868), o Dr. Semana não deixa passar a oportunidade de fustigar o oportunismo do deputado vira-casaca, nas Badaladas de 24 de setembro de 1871. A estratégia consistiu em, primeiramente, transcrever um pedaço da fala do parlamentar, na qual este procura se defender da acusação de outro colega: “Sr. presidente, o aparte do nobre colega é uma injustiça; já disse que abandonando o partido liberal por motivos plausíveis *estou servindo o meu país* nas fileiras do partido conservador com toda a boa fé e que nele estarei *enquanto nele* enxergar a salvação do país” (Assis, 2019, p. 610).

Na sequência, o cronista desconstrói a fala do deputado ao desmascarar os motivos ocultos de sua “conversão” ao partido conservador: “Isto quer dizer que o Sr. José do Ó possui uma casaca política... de duas cores, – uma por fora, outra por dentro. Não tem avesso; o Sr. José do Ó é avesso a tudo o que não é direito. Usa de uma cor ou de outra, conforme o gosto da moda, e assim promete ver correr os seus dias [...]” (Assis, 2019, p. 610).

O comentário ganha reforço com o fecho moralizante, retirado da peça *Os deuses de casaca*, de Machado de Assis, de onde o Dr. Semana extraiu fragmento que, segundo ele, poderia ser posto na boca do ilustre parlamentar:

O país ia à garra e por triste caminho,  
Se ainda fosse o poder de Sancho ou de Martinho.  
Mas se a coisa mudar, tão contente e tão ancho,  
Dou vivas a Martinho e dou vivas a Sancho. (Assis, 2019, p. 610).<sup>11</sup>

Na peça de Machado, os antigos deuses, expulsos do Olimpo, passam a viver entre os mortais, exercendo atividades seculares compatíveis com seus atributos divinos. Dentre eles, estava Proteu, o deus marinho, cujo dom de transformação lhe permitia assumir várias formas. Não por acaso, é dele a fala trazida para as Badaladas, a sugerir aproximação entre o comportamento da entidade grega e o do deputado José do Ó, ambos “adaptados” aos novos contextos em que passam a viver. Adaptação que, no caso do deputado paraense, implicava também a perda da identidade, aspecto abordado pelo Dr. Semana em crônica anterior, como se viu, em relação à desimportância de se saber quem era ele.

A exótica galeria de figuras parlamentares, trazida para as Badaladas, incluiu também aquelas que falavam, falavam, para dizer nada, caso do senador Manuel Mascarenhas, “orador empata-vazas”. A referência ao senador acontece numa semana em que o cronista está sem assunto, conforme declara no prefácio da crônica de 30 de março de 1873:

E disse. E aqui devo fazer ponto porque não há nada que dizer; absolutamente nada.  
Há semanas estéreis, semana pobres, semanas escassas; mas todas essas semanas ainda dão alguma coisa de si. Às vezes uma ideia só, um só acontecimento, bem tratadinho, dá para três ou quatro colunas.  
Esta, porém, parece um discurso do deputado X... Abaixo lhe direi quem é. É uma semana mais seca que um carapau, mais nua que a madama Verdade, mais pobre que a *Pobre das ruínas*<sup>12</sup>, aquela célebre pobre do teatro de S. Pedro, lembram-se? (Assis, 2019, p. 64).

11 Machado de Assis. *Os deuses de casaca*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1866, p. 48 (fala de Proteu, ato único, cena XII).

12 *A pobre das ruínas* (1846), drama em três atos com prólogo do dramaturgo português José da Silva Mendes Leal (1818-1886), encenado no Teatro São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1861.

Estar sem assunto é o mesmo que falar sobre coisa nenhuma, situação que aproxima o Dr. Semana e o deputado X, “o ideal do orador empata-vazas”, aquele que, quando uma lei é posta em discussão no plenário, é escalado para protelar a sua aprovação. Sem nunca ter lido a lei, o deputado X “levanta-se, fala, discute a lei, arrasa a lei, esfrangalha a lei; e (coisa espantosa!) não toca num cabelo da lei!” (Assis, 2009, p. 65).

Este, o perfil do senador Mascarenhas, ferrenho opositor das loterias do teatro lírico, cuja performance parlamentar ficou na lembrança do Dr. Semana:

E muito a propósito lembra-me agora o Dr. Manuel.

O senador D. Manuel opunha-se com todas as forças às loterias do teatro lírico. As loterias passaram; ele era o único obstáculo à conclusão. Que fazia ele? Discursava; não aborrecidamente, mas com graça. Das loterias não falava nada; do teatro menos. Mas falava duas e três horas, do que avisava os colegas e o presidente, a fim de irem embora os que tivessem necessidade disso.

Os discursos foram os discursos do D. Manuel. Os que por obrigação o ouviam, como eu,<sup>13</sup> ainda assim saíam de lá alegres... tendo ouvido duas, três, quatro horas, um discurso acerca da subvenção do teatro lírico, em que não se falava de teatro lírico nem de subvenção. (Assis, 2019, p. 66).

Os debates em torno da aprovação da Lei do Ventre Livre<sup>14</sup>, e, pronunciados na Câmara dos Deputados e no Senado, ao longo de 1871, e publicados na imprensa, também serão trazidos para as Badaladas, a exemplo do que foi publicado na *Semana Ilustrada*, em 28 de maio de 1871:

Para qualquer lado que a gente se volte dá de rosto no elemento servil. Almoça-se, janta-se, ceia-se, vive-se elemento servil. Há elemento servil assado e cozido, elemento servil com espinafres, com ovos, com manteiga: difere o acessório, o principal é sempre o mesmo.

Desde o senador ou deputado até o mais pacato freguês do Carceller tudo fala e pensa no grande assunto. Os jornais de todas as cores, publicam em todas as páginas a respeito dele. (Assis, 2019, p. 562).

Para não ser acusado de ficar em cima do muro em relação a uma questão que mobilizava a sociedade brasileira, o Dr. Semana resolveu se manifestar quando leu um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, do qual extraiu o seguinte fragmento: “Não pense alguém que o projeto que apresento seja de minha convicção, pois que entendo que o melhor convinha para o nosso país era uma lei que impusesse pena a quem falasse ou emitisse ideia sobre o elemento servil...” (Assis, 2019, p. 563).<sup>15</sup>

Disparate puxa disparate, a sugestão do cronista sobre a discussão do elemento servil vai na linha da proposta do “anônimo publicista”:

[...] eu vou além do anônimo publicista. Ele foi o Colombo, eu serei o Américo Vespúcio da ideia. Não basta a pena; a aplicação pode falhar, porque o sentimento, eminentemente cristão deste país faz com que sejamos um povo de comadres.

13 Referência ao tempo em que Machado de Assis, redator do *Diário do Rio de Janeiro*, fazia a cobertura das seções da câmara. Essa experiência será relembrada pelo escritor em *O velho Senado*, inclusive a oposição do senador Manuel Mascarenhas às subvenções para o teatro lírico, via loterias (ASSIS, 2021, p. 40).

14 “Entre maio e setembro de 1871, o Parlamento brasileiro foi palco de um dos mais intensos e importantes debates travados no Império. Discutiu-se, ao longo daqueles meses, o projeto de libertação do ventre das mulheres escravas; para a maioria dos que ali estavam era a questão mais importante da história brasileira desde a independência. De um modo geral, dois grupos antagônicos se formaram no legislativo. De um lado, um grupo majoritário, alinhado ao gabinete Rio Branco, que propôs a emancipação, compreendia que o momento presente exigia uma solução para a escravidão. De outro lado, uma minoria, intimamente ligada aos proprietários de escravos do Vale do Paraíba, resistia a qualquer tentativa de modificação nas relações existentes entre senhores e escravos” (Miranda, 2023, p. 5).

15 “Reforma do elemento servil” (Um fazendeiro, *Jornal do Comércio*, 22 de maio de 1871, n. 140, p. 1).

Amplie-se a ideia; decrete-se uma grande comissão de rolhas, e seja nomeada uma comissão para aplicar à boca dos contribuintes pensantes, e às orelhas dos contribuintes ruminantes. Desse modo ficará restabelecido aquele salutar silêncio que é o traço característico de um povo ordeiro e sensato. (Assis, 2019, p. 563).

A proposta do Dr. Semana sobre a criação de “uma grande comissão de rolhas”, que impediria a discussão sobre a questão servil, e que implicava que as coisas ficassem como estavam, encontra eco em anúncio sobre a venda de dois escravos,<sup>16</sup> publicada no *Jornal do Comércio*, quase que às vésperas da promulgação da Lei do Ventre Livre,<sup>17</sup> e que o Dr. Semana fez questão de transcrever nas Badaladas de 17 de setembro de 1871:

“Vendem-se dois pretos de nação<sup>18</sup>, reforçados e sadios, próprios para qualquer serviço braçal; na rua etc.”

Dois pretos de nação? Reforçados? Hoje? Em 1871? Vendem-se?

Remeto o anunciante para as mãos do Sr. Sales Torres Homem, que tocou largamente nesse ponto e fico-me aqui. (Assis, 2019, p. 606).

A brevidade do comentário traduz a surpresa e indignação do cronista, que dessa forma se manifestava como leitor que vinha acompanhando as discussões sobre a Lei do Ventre Livre pela imprensa. Ainda assim, pessoa com mais competência para discutir o assunto, segundo ele, seria Sales Torres Homem, cuja trajetória política foi marcada pela conduta antiescravista, tendo se destacado na defesa da liberdade dos filhos de escravas no Senado, vindo a receber o título de visconde de Inhomirim, concedido pelo imperador D. Pedro II, em 1872.<sup>19</sup>

Outro anúncio, também publicado no *Jornal do Comércio*, que chamou a atenção do Dr. Semana foi aquele sobre uma “pardinha de bom comportamento”, com o qual o cronista abre a crônica de 14 de maio de 1871: “O *Jornal do Comércio* de segunda-feira, 4<sup>a</sup>. pag., 3<sup>a</sup>. col., publicou o anúncio seguinte: Uma pardinha de bom comportamento,<sup>20</sup> tendo um moço empregado do comércio que a protege, deseja encontrar um cômodo em casa de senhora solteira ou viúva, só para dormir” (Assis, 2019, p. 555).

Abrir a crônica *in medias res*, ou seja, ir direto ao ponto, suprimindo o que viria antes, na forma de introito, vai ao encontro da concisão do anúncio, por trás do qual se vislumbra uma história que já vai adiantada, envolvendo a “pardinha de bom comportamento” e o “empregado do comércio que a protege”, história pontuada de sugestões, que alimentam os comentários maliciosos do Dr. Semana:

16 Em seu pioneiro e clássico texto, divulgado originalmente sob a forma de conferência, em 1934, e publicado em 1963, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, Gilberto Freyre analisou extenso material relativo à fuga de escravos, publicado em periódicos na Bahia, Rio de Janeiro, Recife, Maranhão, Rio Grande do Sul, entre 1825 e 1888.

17 Tão logo a Lei do Ventre Livre foi aprovada em 28 de setembro de 1871, a *Semana Ilustrada* publicou aviso no qual informava que o Imperial Instituto Artístico havia impresso um grande quadro comemorativo ao novo ato legislativo, sob o título Honra e Glória ao Ministério de 7 de março de 1771 [sic], “porque foi ele que colocou a pedra fundamental do grande edifício da *abolição do elemento servil*, fato este, que em todo o orbe há de produzir a mais brilhante impressão e cujos resultados hão de refletir sobre o Brasil como, até agora, só a declaração da Independência no campos do Ipiranga o fez, pondo-o ao lado das nações mais civilizadas do mundo” (*Semana Ilustrada*, 15 de outubro de 1871, n. 566, p. 4527, ortografia atualizada).

18 O termo “escravo (ou preto) de nação” não necessariamente indica a etnia ou nação ou a precisa procedência geográfica dos cativos africanos. Na maior parte das vezes se refere ao lugar de embarque ou de aprisionamento do negro africano que foi escravizado.

19 Filho ilegítimo do padre Apolinário Torres Homem e da quitandeira Maria Patrícia, mulher negra alforriada, Sales Torres Homem nunca assumiu sua condição de negro, usando perucas para esconder o cabelo e pó-de-arroz para clarear a pele, tendo sido ridicularizado na época em charges e caricaturas racistas que o representavam como um macaco.

20 Nos anúncios sobre o aluguel de amas-de-leite nos jornais do século XIX, o “bom comportamento” figurava entre qualidades desejáveis para que as escravas fossem admitidas no reduto das famílias burguesas.



Este anúncio fez-me bem. Vejo que ainda há bons sentimentos nos moços. E realmente em que outra idade os haveria senão na juventude?

Por outro lado, a ingenuidade da confissão também me agradou muito; ... “tendo um moço que a protege”, – é uma frase singela e pitoresca.

Quanto às palavras: “um cômodo em casa de uma senhora viúva ou solteira”, é prova cabal de que o moço protetor lê assiduamente o *Camões*, e tem de cor esta bela e profunda sentença:

... Eu nunca louvarei

O capitão que diga: Não cuidei.<sup>21</sup> (Assis, 2019, p. 555).

Enquanto a relação afetiva entre os protagonistas da história sobre a “pardinha de bom comportamento”, baseada possivelmente numa união informal, aparece de forma velada no anúncio do *Jornal do Comércio*, nas missivas anônimas ou pseudônimas, publicadas no periódico carioca, o namoro é trazido a público regido por códigos de sedução e conquista, na tentativa de burlar as rígidas convenções morais da época. Atento às novas práticas de sociabilidade, das quais a imprensa é o mais expressivo termômetro, o Dr. Semana não deixou passar a oportunidade de trazer os “anúncios amatórios” para as Badaladas, como naquela de 6 de fevereiro de 1870:

Está pegando cada vez mais a moda de namorar pelo *Jornal do Comércio*.<sup>22</sup> É um sistema que tem vantagens e desvantagens. Tem a vantagem de ser totalmente misterioso, e a desvantagem de estar entre a manteiga barata e os vinhos virgens do Douro, entre um escravo que fugiu e um senhor que muda o nome por causa de um homônimo. [...]

Ora, um amor que se manifesta ao pé da batata, está arriscado a que o mandem plantá-las. Não se pode afirmar que a batata esteja em relação direta com o coração. Quem aproveita esse tubérculo essencialmente britânico é o estômago. Quanto ao vinho, posto que Anacreonte, e vários poetas mais, cantassem as duas coisas, – vinho e amores, – é fora de dúvida que não tem relação com o sentimento que vincula os dois sexos. (Assis, 2019, p. 234).

De modo a relativizar a novidade dos “anúncios amatórios”, o Dr. Semana recorre ao *Eclesiastes*, de onde retira a famosa sentença – “Não há nada de novo sob a terra” –, que servirá de mote para nova referência à Grécia antiga, desta vez, na figura de Aristófanes que “fala dos gamenhos atenienses que iam escrever no Cerâmico<sup>23</sup> a sua paixão e o nome da pessoa amada” (Assis, 2019, p.235). O mesmo acontecia em Pompeia, “com a diferença que na cidade de Minerva o Cerâmico era que fazia as vezes de *Jornal do Comércio*, ao passo que em Pompeia eram todas as ruas” (Assis, 2019, p. 235).

A analogia entre os bilhetes amorosos publicados no *Jornal do Comércio* e os recados de mesmo teor, escritos pelos namorados no Cerâmico e nos muros de Pompeia, é alimentada por leitura e recriação. Para tanto, o cronista recorre à peça *As rãs*, de Aristófanes, na qual a referência ao Cerâmico designa o lugar onde ficavam os ceramistas, no subúrbio de Atenas. O Dr. Semana vale-se também de informações acerca das escavações na cidade romana, que têm início nos séculos XVIII e XIX.

21 “Crer tudo, enfim que nunca louvarei / O Capitão que diga: ‘Não cuidei’”, estância 89 do Canto VIII, de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

22 Durante a década de 1870, o *Jornal do Comércio* vendeu espaço para a publicação de anúncios de namoro, abertos ao público, assinados por iniciais, por meio dos quais a pesquisadora, Alessandra El Far, mapeou “os dilemas e expectativas do namoro no cotidiano da vida na corte imperial.” (EL FAR, 2017).

23 O Cerâmico era o bairro situado a noroeste da Acrópole e da ágora, uma zona pobre que ganhou o seu nome das olarias aí instaladas. No século 478 a. C. ocorreu a construção de um muro para a proteção da ágora. O Cerâmico é mencionado na peça *As rãs* (405 a. C.), de Aristófanes, que aborda a viagem de Dioniso e seu escravo, Xântia, ao submundo, em busca de Eurípedes, para trazê-lo de volta ao mundo dos vivos.

Enquanto a intertextualidade bíblica, na referência ao *Eclesiastes*, serviu para negar absoluta novidade à prática de namorar pelo *Jornal do Comércio*, nem por isso o Dr. Semana deixa de reconhecer que a nova moda veio substituir o costume de se escrever cartas de amor, com a exclusão do moleque e da mucama, intermediários na troca de missivas entre os namorados, reflexão desenvolvida na crônica de 27 de novembro de 1870:

Acabou, – e ainda mal! – a função do moleque e da mucama. A cartinha cheirosa, bordada, fumegante de paixão, já não vai da mão do namorado à da crioula, e da crioula à da senhora moça. O suplicante já não espera na esquina a resposta da pequena; ou pelo menos um ar de sua graça.

Esses lances teatrais acabaram.

E tinham razão de acabar. O uso de mandar uma cartinha misteriosa por mão de escrava, aguardar no corredor fronteiro a aparição da bela, colher um sorriso sobrescrito, ir até à esquina, voltar pelo lado da namorada, apanhar a carta que ela deixou cair sorratamente, sem reparar que o sapateiro está à porta, tudo isto andava em pleno desacordo com a gravidade do homem atual. Cada coisa tem o seu tempo. A casaca, o colete, o chapéu-canudo, por mais que digam, não são românticos nem clássicos. Não se prestam às aventuras de nenhum gênero, – salvo às da política e às dos fundos públicos.

O amor acompanhou o tempo; fez-se publicidade; tornou-se anúncio. Daqui a dez anos, o *Demônio Familiar*<sup>24</sup> é uma comédia arqueológica. A cumplicidade do moleque cedeu o lugar à do tipógrafo. O namoro fez-se instituição. (Assis, 2019, p. 417).

A menção à comédia *O demônio familiar*, de José de Alencar, funciona como contraponto à divagação romântica do cronista sobre a troca de cartas que “vai da mão do namorado à da crioula, e da crioula à da senhora moça”, tendo em vista o papel desempenhado pela personagem Pedro, o “escravo enredador” (Faria, 1993, p. 145), que entrega as cartas de amor, escritas por Eduardo, endereçadas à amada Henriqueta, para uma senhora com grandes posses e interesse amoroso pelo rapaz. Por isso, toda a ação da comédia está centrada nas intrigas de Pedro, que “cria todas as confusões [...], afastando e aproximando pessoas umas das outras, movido por um objetivo fútil, o de ser cocheiro, e uma ideia perniciosa, a de querer arranjar casamentos ricos para Eduardo e Carlotinha” (Faria, 1993, p. 150).<sup>25</sup>

O mau exemplo de Pedro, o escravo doméstico trocador de cartas amorosas, simboliza o final do romantismo e o início do realismo, no âmbito das relações amorosas, representada pela voga dos “anúncios amatórios”, por meio dos quais os namorados se valiam, agora, da intermediação do *Jornal do Comércio*, bastando pagar pelo serviço prestado. Dentre os exemplos desta modalidade de anúncio, comentados pelo Dr. Semana em sua seção, nenhum superou os demais em originalidade, como aquele de um anunciante anônimo, à procura de moça para se casar, transcrito nas Badaladas de 19 de fevereiro de 1871:

Atenção.

Um artista de mérito, jovem, possuidor de grande fortuna, deseja ligar-se a uma moça bem-educada, garantindo-lhe posição elevada, contanto que ela tenha pés e mãos excepcionalmente pequenos e de

24 Em duas ocasiões, Machado de Assis fez a crítica teatral de *O demônio familiar*, de José de Alencar: na coluna “Ao Acaso”, Diário do Rio de Janeiro, 20 de junho de 1864, e na “Semana Literária”, Diário do Rio de Janeiro, 6 de março de 1866. Os dois textos fazem parte da coletânea *Machado de Assis do teatro: textos críticos e escritos diversos*. Org. João Roberto Faria. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.412-415.

25 A liberdade dada a Pedro, no desfecho da peça, “não chega a ser propaganda contra a escravidão, mas uma crítica contundente a um costume da velha família brasileira. [...] vista por esse ângulo, não deixava de ser uma provocação de Alencar à sociedade escravista.” (Faria, 1993, p. 150). Entre 1867 e 1868, José de Alencar escreve sete cartas, endereçadas a D. Pedro II, nas quais defendia a manutenção da escravidão brasileira. Reunidas em livro, sob o título *Cartas a favor da escravidão*, organizado por Tâmis Passon, as missivas foram publicadas pela editora Hedra, em 2008.

inexcedível pureza de forma. Estas duas condições são essenciais; para informações dirija-se carta pelo correio a Mme. Olphée Oméigon, em Bayona (França). Poste Restante. (Assis, 2019, p. 503).<sup>26</sup>

O teor inusitado do anúncio leva a supor tratar-se de brincadeira de alguém com intenção de satirizar a moda dos bilhetes amorosos publicados no *Jornal do Comércio*, mesmo que para isso tenha tido de pagar pelo gracejo. É bem verdade que a procura de casamento por meio da imprensa era prática comum na época em vários países, o que por vezes dava origem a anúncios deveras singulares.<sup>27</sup> De qualquer forma, a exigência do anunciante de que a futura noiva tivesse “pés e mãos excepcionalmente pequenos e de inexcedível pureza de forma” designava partes do corpo da mulher que, no século XIX, eram as que mais atraíam olhares e atenções masculinos, fetiche levado aos romances *A pata da gazeta*, de José de Alencar, e *A mão e luva*, de Machado de Assis.

Pés e mãos pequenos, de beleza insuperável, além de reveladores das fantasias sexuais que povoavam a cabeça do anunciante, designavam igualmente o grupo social ao qual a futura noiva deveria pertencer, a burguesia, no interior do qual as mulheres tinham uma vida de ócio, distantes do trabalho, a cargo dos escravos, e pouco afeitas a longas caminhadas, a não ser os passeios pela rua do Ouvidor. Por outro lado, os critérios de beleza que definiam a esposa ideal, tanto física quanto socialmente, eram exigências requeridas pelo anunciante, identificado socialmente na descrição por meio da qual ele se apresentava, como chamariz às futuras pretendentes: “Um artista de mérito, jovem, possuidor de grande fortuna”.

Verdadeiro ou falso, o curioso anúncio instigou o Dr. Semana a imaginar as respostas de leitoras de mãos e pés pequenos, interessadas em se casar, designadas pelos nomes e nacionalidades, a indiciar a circulação internacional do comunicado, na transcrição de duas cartas, dentre as quatro, inseridas nas Badaladas:

Madri, 12 de janeiro:

Sou andaluza, senhor, isto é já muito; sou a flor das andaluzas, isto é tudo. Meus pés... eu não tenho pés nem mãos, senhor! invisíveis, completamente invisíveis. Fico ao seu dispor, *calle de los Picaros*, 234.

Carmen Peseta

New York, 10 de janeiro

“Lendo hoje o *Herald*<sup>28</sup>, vi o anúncio em que o senhor pede uma noiva com pés, etc. Ninguém está nas condições como eu. Minha mãe sempre me teve por aleijada; sou perfeitíssima. Mande as suas ordens. Broadway, 25, New York.

Helena Dollar<sup>29</sup>

(Assis, 2019, p. 505).

26 O anúncio foi publicado no *Jornal do Comércio*, n. 44, 12 de fevereiro de 1871, p. 3.

27 “Estou literalmente passando fome. Não tenho nada para comer e a necessidade me levou à ideia de um casamento bem-sucedido. Sinto uma fome eterna, tenho uma eterna vontade de comer. Oh, como é doloroso. À mulher que me ajudar, estou pronto para ser seu escravo por um século. Sou realmente bonito, mas terrivelmente pobre e exausto. Se gostarmos um do outro, podemos nos ligar com as correntes do Himeneu.” Anúncios de russos (e russas) buscando casório em jornais do século XIX (<https://br.rbth.com/historia/87874-tinder-do-seculo-19>)

28 Jornal de grande distribuição, o *New York Herald* circulou na cidade de Nova Iorque, entre 1835 e 1924, quando foi comprado pelo *New York Tribune*, para formar o *New York Herald Tribune*.

29 O sobrenome da missivista norte-americana remete ao título do conto de Machado de Assis, *Miss Dollar*, publicado na coletânea *Contos fluminenses*, em 1870.

Mais do que o teor das cartas das missivistas, estas se fazem representar por meio de estereótipos associados aos nomes das moças casadouras, recurso ao qual recorre o cronista. Carmen Peseta, o prenome da pretendente remete à personagem criada por Prosper Mérimée,<sup>30</sup> morena, bela, sensual, provocadora de paixões avassaladoras; o sobrenome, na referência à unidade monetária da Espanha, sugere um casamento por dinheiro. Associação semelhante foi criada em torno da aspirante norte-americana, cujo nome alude a Helena mitológica, personagem da *Ilíada* de Homero, a mulher mais bonita do mundo, na época, causadora da Guerra de Troia; quanto ao sobrenome, Dollar, traz implícita a hipótese de que a moça respondia ao anúncio, movida não por ideias românticas, mas de olho na propalada fortuna do anunciante brasileiro.

Valendo-se de referências literárias e culturais, associadas aos nomes das missivistas, o Dr. Semana opera segundo os protocolos da concisão e da sugestão, delegando ao leitor a tarefa de apreender a intenção satírica que percorre a crônica. Esta, por sua vez, aborda um acontecimento – os bilhetes amorosos publicados *no Jornal do Comércio* – não como notícia, mas enquanto recriação paródica, promovendo uma “literalização ambígua” (Callipo, 2020, p. 25) entre literatura e jornalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia da *Semana Ilustrada* de criar uma seção de crônicas durante os anos de circulação da revista, dada a popularidade do gênero na época, criou um desafio para o Dr. Semana que tinha de disputar com os artistas do lápis as preferências do leitor. Enquanto estes, em poucos traços, atraíam de imediato a atenção do público para as caricaturas, o cronista precisava se valer de estratégias discursivas que driblassem a “lentidão” do enunciado verbal, sem falar no pouco tempo e no pouco espaço de que ele dispunha para que as Badaladas chegassem ao público, nas edições de domingo da revista.

Em que pesem as diferentes “armas” de que se valiam o caricaturista e o Dr. Semana, ambos operavam segundo o princípio da equivalência e não da semelhança em relação à realidade, na proposta de Gombrich, uma vez que esta, mais do que representada, era antes reinventada nas caricaturas pictóricas e nas Badaladas. Ao se apresentar como leitor de jornal, o Dr. Semana produzia suas crônicas por meio de um discurso que remetia a outro discurso, processo de recriação do mundo factual para o qual era indispensável o uso da imaginação e de considerável bagagem de leituras, a produzir a intertextualidade (citação, alusão, paródia), afastando as crônicas da mera referencialidade.

A presença do *Jornal do Comércio* em grande parte das Badaladas selecionadas identifica uma das fontes jornalísticas preferenciais do Dr. Semana, cuja seriedade na divulgação das notícias é desconstruída na leitura cômico-satírica do cronista, a sugerir que o leitor faça o mesmo em relação às matérias que poderiam ser lidas a contrapelo, na descoberta do lado hilário por trás da sisudez e objetividade do mais importante jornal da corte carioca.

Cronista-leitor, o Dr. Semana não saía às ruas em busca dos temas que irão alimentar as suas Badaladas, mas esperava que eles chegassem até ele, por meio do jornal, na leitura que aproximava diferentes assuntos, numa “miniaturização do próprio mosaico jornalístico” (Pina, 2008, p. 88).

<sup>30</sup> *Carmen*, novela de Prosper Mérimée, foi publicada na *Revue des Deux Mondes*, em 1845. A obra foi levada ao teatro por Georges Bizet, que compôs uma ópera em quatro atos, que estreou no Théâtre National de l'Opéra Comique de Paris, em 1875.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Pires. *A escola byroniana no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1962.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade. *História da fotorreportagem no Brasil*. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ASSIS, Machado. *Badaladas Dr. Semana*. Organização, introdução, notas, índice onomástico de Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Nankin, 2019. 2 v.
- ASSIS, Machado. *Os deuses de casaca*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1866.
- CALLIPO, Daniela Mantarro. Coisas que só se dizem em latim: presença de Boileau na crônica de Machado de Assis, *Revista Jangada*, v. 16, p. 25-29, 2020.
- FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1867*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- GOMBRICH, Ernst. H. O experimento da caricatura. In: GOMBRICH, Ernst. H. *Arte e ilusão*. Um estudo da psicologia da representação pictórica. Tradução Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1986. p. 289-313.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas; SACHETTA, Vladimir (org.). *A olhos vistos: uma iconografia de Machado de Assis*. São Paulo: Editora IMS, 2008
- HÉNAUX, Victor. *De l'amour de femmes pour les sots / Queda que as mulheres têm para os tolos*. Tradução de Machado de Assis. Organização Ana Cláudia Suriane da Silva e Eliane Fernanda Cunha Ferreira. Edição bilíngue. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil. Tradução Thereza Cristina Rocque da Motta. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012
- MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça*. O tipógrafo-editor e a Petalógica. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MIRANDA, Bruno. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 31, 2023, p. 1-31.
- NERY, Laura Moutinho. *A caricatura: microcosmo da questão da arte moderna*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. Machado de Assis e o jornal no oitocentos brasileiro: a crônica criando o leitor. *Revista da ANPOLL*, v. 2, n. 24, p. 87-109, 2008.
- RODRIGUES, Cristiane Nascimento. *O jovem Machado de Assis e a tradição retórico-poética nos primeiros poemas*. 2003. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.